



Tribuna

Metalúrgica



EDIÇÃO 5615 | QUINTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2026 | SMABC.ORG.BR | ☎ 11 99965-9532



METALÚRGICOS NA USINA DESIGN APROVAM CALENDÁRIO ANUAL E COMPENSAÇÃO PARA 2026

Para fortalecer mais a luta, a sindicalização é fundamental. Quem ainda não faz parte pode se associar e obter mais informações no site smabc.org.br/sindicalize-se.

Em assembleia realizada no último dia 12, trabalhadores e trabalhadoras na Usina Design, em São Bernardo, ratificaram a proposta de cronograma laboral para 2026. O acordo, negociado pelo Sindicato, define as datas de trabalho e a compensação de dias pontes, garantindo previsibilidade à base.

Segundo o coordenador de área, Marcelo Pereira dos Santos, o Pereira, a atuação sindical assegura que os interesses da base sejam respeitados. “Essa organização permite que os companheiros planejem períodos de lazer e desfrutem do tempo livre com qualidade”, afirmou.

PAUTAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Além das definições internas, o encontro tam-



FOTO: DINO SANTOS

bém abordou temas de alcance nacional. A isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil foi destacada como medida que amplia o poder de compra da classe trabalhadora. A mobilização pelo fim da escala 6x1 igualmente esteve no centro do debate, reforçando a luta

por jornadas mais justas.

O dirigente ressaltou que a presença ativa do Sindicato nas negociações evita distorções contratuais, impede exigências abusivas e garante que as compensações ocorram de forma equilibrada.

Para fortalecer mais a luta, a sindicalização é

fundamental. Quem ainda não faz parte pode se associar e obter mais informações pelos telefones 4128-4200 (Sede São Bernardo), 4061-1040 (Regional Diadema) e 4823-6898 (Regional Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), ou pelo site smabc.org.br/sindicalize-se.

SINDICATO CELEBRA BALANÇO DE R\$ 1,9 BI PARA RENOVAÇÃO DE FROTA

Iniciativa prevê R\$ 10 bilhões em créditos via BNDES e Tesouro para enfrentar o cenário de juros altos com o programa Move Brasil

Em agenda junto ao MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) no último dia 8, os Metalúrgicos do ABC acompanharam o balanço do primeiro mês do Move Brasil. O programa federal, focado na renovação da frota de caminhões e no fomento à indústria nacional sob juros altos, já movimentou R\$ 1,9 bilhão em créditos — de um total previsto de R\$ 10 bilhões — totalizando 1,7 milhão de operações via Tesouro Nacional e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O diretor administrativo Wellington Damasceno enfatizou a importância da interlocução entre governo, trabalhadores e setor produtivo. “A gestão atual demonstra abertura para transformar contribuições de diversos atores em políticas concretas. No MDIC, esse diálogo projeta o futuro de setores estratégi-



Alckmin e Wellington

cos, como o automotivo”, pontuou.

Para o dirigente, iniciativas como a Nova Indústria Brasil e o Combustível do Futuro articulam inovação, sustentabilidade e preservação do parque produtivo. Wellington ressaltou que a manutenção de empregos em toda a cadeia de suprimentos é a prioridade: “O Move

Brasil atende à urgência do mercado e alinha-se à descarbonização, impedindo que a queda na demanda desestruture fornecedores e elimine postos de trabalho”.

O vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin destacou que a logística eficiente é vital para o escoamento da safra recorde e das exportações. Ao oferecer juros reduzidos

para autônomos e transportadoras adquirirem veículos com conteúdo local, o programa amplia a competitividade e a segurança viária.

O encontro ocorreu em uma concessionária da Scania, montadora com planta em São Bernardo, reforçando o vínculo entre a política industrial e a base histórica da categoria.

NOTA DA COMISSÃO DE MULHERES METALÚRGICAS

A Comissão de Mulheres Metalúrgicas do ABC manifesta profunda indignação com a decisão judicial que absolveu o acusado de estupro de uma menina de 12 anos. No século XXI, é inaceitável que o sistema de justiça, que deveria proteger as vítimas, acabe por revitimizá-las. Uma criança é sujeito de direitos e jamais pode ser responsabilizada pela violência que sofre.

Quando o Estado falha na proteção da infância, toda a sociedade é ferida. O sistema deve garantir acolhimento e punição severa aos agressores. Após forte repercussão e pressão popular, o desembargador recuou em sua decisão. Esse fato deixa uma lição clara: a mobilização social impediu que a injustiça prevalecesse.

A força do povo, das ruas e das redes, aliada à comunicação, foi determinante para a revisão do ato. A pressão popular é instrumento vital na defesa dos direitos. Não aceitaremos retrocessos. Precisamos estar vigilantes, pois só a organização gera avanços reais. O silêncio não é opção. Lutamos pela vida e dignidade das crianças. Justiça para todas!

Comissão de Mulheres Metalúrgicas do ABC

STF CONDENA MANDANTES DO CASO MARIELLE E REAFIRMA COMBATE À VIOLÊNCIA POLÍTICA NO PAÍS

Apontados como mentores intelectuais do atentado que vitimou vereadora e motorista, irmãos Brazão foram condenados a 76 anos e três meses de reclusão

“O julgamento de Marielle é algo que toda a sociedade aguardava. Um crime bárbaro que escancarou a forma como vidas são tratadas no Brasil”

A busca por justiça, que atravessou sete anos de incertezas e angústias, alcançou ontem um desfecho histórico. Por unanimidade, a Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) condenou os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão a 76 anos e três meses de reclusão. Eles foram apontados como os mentores intelectuais do atentado que vitimou a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes em março de 2018. Além da prisão, os réus deverão pagar R\$ 7 milhões em reparações às famílias.

O veredito dos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino ratifica a tese de que o crime foi um ato de violência política. Marielle, em sua atividade parlamentar, tornou-se um obstáculo aos interesses econômicos dos Brazão, que comandavam esquemas de grilagem e loteamentos irregulares em áreas dominadas por milícias. Na época, Domingos era conselheiro



FOTOS: ADONIS GUERRA

Andrea

do Tribunal de Contas do Rio e Chiquinho, vereador — cargos que usaram como escudo para uma estrutura criminosa.

Para Andrea Sousa, a Nega, diretora do Sindicato, a sentença carrega um simbolismo que transcende as celas. “O julgamento do caso de Marielle e Anderson é algo que toda a sociedade aguardava. Um

crime bárbaro que escancarou a forma como vidas são tratadas no Brasil”, pontua. Embora tardia, Andrea ressalta que a decisão reacende a esperança de que a impunidade não é absoluta. Para ela, o alívio desta decisão pertence às famílias marcadas pela barbárie: “Nada repara a dor de uma filha que cresceu sem a mãe, mas a Justiça traz o alívio de saber que a impunidade não venceu”.

TEIA DE CORRUPÇÃO

A investigação revelou uma teia de corrupção sistêmica na segurança fluminense. O ex-chefe da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa, embora absolvido do homicídio por “dúvida razoável”, recebeu 18 anos de prisão por corrupção e obstrução de Justiça. Ele foi peça-chave para desviar o foco das autoridades após as execuções, mediante pagamento.

Essa promiscuidade entre o poder público e o crime organizado é vista por Moisés Selerges, presidente do Sindicato, como um ferimento às

instituições. “O assassinato de Marielle foi um ataque brutal à democracia. Quando uma liderança popular é executada por defender direitos, toda a classe trabalhadora é atingida”, afirma.

Outros condenados incluem o major Ronald Paulo Alves Pereira (56 anos) e o policial Robson Calixto Fonseca (nove anos). Todos perderam suas funções públicas. A ministra Cármen Lúcia, em voto emocionado, declarou que o episódio feriu o país inteiro. O sentimento é compartilhado por Andrea, que lembra que, ao tentarem calar uma mulher preta e combativa, acabaram multiplicando seu legado: “Marielle vive em cada uma de nós, que segue na resistência”.

Para Moisés, o desfecho é um marco civilizatório: “Um teste sobre que país queremos ser: o da barbárie ou o da justiça”. A condenação encerra um capítulo de impunidade, mas não o legado de quem fez da vida uma trincheira por direitos.

“Quando uma liderança popular é executada por defender direitos, toda a classe trabalhadora é atingida”



Moisés



Conheça as chapas para os CSEs
(Comitês Sindicais de Empresas)
1º turno da eleição será nos dias
3 E 4 DE MARÇO DE 2026

FOTOS: ADONIS GUERRA

